

Benedito Nunes



Por **FÁBIO FONSECA DE CASTRO***

Reflexões em torno das lições do filósofo sobre Martin Heidegger.

Completaram-se, no último 27 de fevereiro, dez anos da morte do filósofo Benedito Nunes. Nascido em Belém a 21 de novembro de 1929, Benedito foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia do Pará, mais tarde incorporada à Universidade Federal do Pará (UFPA) e, ainda, da Academia Brasileira de Filosofia. Sua atuação intelectual se deu em diferentes campos e subcampos das ciências humanas, da estética à teoria literária, da fenomenologia à história da filosofia, da hermenêutica aos estudos da poesia.

Professor emérito da UFPA, Benedito atuou em diversas universidades, no país e no exterior, e produziu uma obra – composta por 22 livros e dezenas de artigos – reconhecida e influente como atestam os vários prêmios que recebeu, dentre os quais o *Prêmio Multicultural Estadão*, o *Prêmio Jabuti de Literatura* (por duas vezes) e o *Prêmio Machado de Assis* da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da sua obra.

Tive a honra de tê-lo tido como orientador de mestrado e como mestre, incrivelmente generoso e paciente, nos meus caminhos no pensamento heideggeriano. Não vindo de uma formação em filosofia e buscando um diálogo entre a fenomenologia e as ciências sociais que me permitisse uma clareira interdisciplinar – para mim politicamente necessária, senão mesmo “existencial” –, posso dizer que esses caminhos foram e ainda são, tortuosos. Mas também reconheço a imensa contribuição, duração e importância de Benedito Nunes na minha formação, inclusive política, porque à despeito de que a política não tenha sido nitidamente problematizada na sua obra, meu diálogo com ele foi, em grande medida, pautado nela.

Se o digo é considerando ser nítida a apropriação do pensamento e da figura de Benedito Nunes por um pensamento de matiz conservador presente em meios acadêmicos, intelectuais, cristãos e políticos da sociedade paraense. Levado por relações de amizade e afeto, mas não necessariamente de concordância ou coerência intelectual e política, o professor Benedito aproximou-se, em seu último decênio de vida, de certos oportunismos provincianos, que não tiveram qualquer pudor em se apropriar de sua obra e de sua imagem pública para validar projetos que, fossem de uma política cultural conservadora e excludente, fossem de uma academia pautada pelos elogios e pelo receio da profundidade, fossem de um catolicismo mesquinho e intransigente, buscaram produzir, fantasmagórico e lhe atribuir a imagem – incorreta e injusta – de um pensador conservador. São os males da província, que precisa domesticar seus grandes homens quando não é possível, simplesmente, destruí-los.

Buscando alguma contraposição a essa apropriação – contraposição essa já iniciada pelos colegas Ernani Chaves e Sílvia Holanda, professores da UFPA, como eu, que igualmente trabalharam com Benedito Nunes – gostaria de trazer aqui uma breve reflexão sobre alguns elementos de nosso diálogo, ao longo de nossa convivência, especificamente no processo de construção de meu referencial heideggeriano.

Posso iniciar dizendo que o elemento inicial do nosso diálogo se deu em torno da problemática da experiência banal do mundo, presente em *Ser e Tempo*, a obra heideggeriana inaugural (embora não necessariamente inicial). Procurei o professor Benedito com o pretexto de pedir ajuda para entender o estatuto da inautenticidade do Ser, o diálogo entre autêntico e inautêntico, próprio e impróprio – *eigentlichkeit* e *uneigentlichkeit* – isso no horizonte de uma pesquisa sobre os encobrimentos do imaginário social de nossa cidade.

Tratava-se, a meu ver, de uma questão elementar: vindo da Comunicação, tendo lido longamente sobre massas, indústria cultural, manipulação, sedução, padrão, influência, repetição etc, andava convencido de que o *uneigentlichkeit*, o “modo” inautêntico do Ser, pensado sociologicamente, materializava-se no conjunto de objetos pelos quais as ciências da comunicação possuíam interesse e traduzia-se como discutido por muitos autores que eram lidos no meu campo de formação acadêmica.

Evidentemente desconfiava que a questão não seria tão simples ou dicotômica assim e, justamente por isso, procurei o professor, que me recebeu com sua extraordinária generosidade e que, ao cabo de uma hora de conversa, havendo eu exposto minha problemática, me falou, se bem reproduzo suas palavras, que o tema de Heidegger era o Ser e que os percursos de investigação associados ao filósofo centravam sua observação sobre a verdade do Ser, e não, exatamente, sobre as condições de interposição do *Dasein* (o *Ser-aí* da vida quotidiana), seus encobrimentos, como, lhe parecia, eu estava propondo.

Recordo que disse que o vetor do questionamento heideggeriano ia do *uneigentlichkeit* em direção à sua problemática central, que era o *eigentlichkeit* e que inverter essa ordem poderia não ser, propriamente, um percurso fenomenológico – ou de “desvelamento”, como disse. Ademais comentou, também, o fato de que não percebia até que ponto seria possível deslocar o pensamento heideggeriano de sua matriz filosófica para uma abordagem nas ciências sociais, como eu estava pensando.

Minha réplica consistiu em posicionar a questão encobrimento / desvelamento do Ser em dois níveis – os dois níveis que me interessavam mais diretamente: a política e a cultura. “É que é próprio dessas duas esferas, na vida quotidiana, o encobrimento, não tem como exigir um estado de atenção acurado, ou permanente, das pessoas”, argumentei.

“E qual é o problema?”

“É que a ideia de desvelamento, de autenticidade, exige um esforço sobrehumano, irreal, insustentável. Se depender disso, nunca teremos uma democracia. Tanto a exigência de uma atenção dialética, em Marx, como a exigência de um *Dasein* autêntico, em Heidegger tornam inviáveis, à princípio, a boa política e a boa cultura...”

O problema, na verdade, é que eu tinha em mente a visão dicotômica e maniqueísta da política e da cultura: o verdadeiro e o falso, o correto e o incorreto, o certo e o errado, o bom e o mau, a cultura autêntica e a cultura inautêntica, a política efetiva e a política aparente, a consciência e a alienação.

“Mas não é isso que Heidegger está dizendo?”

“Não?”

E então Benedito Nunes me deu a mais preciosa aula sobre Heidegger que já tive em minha vida, explicando que autêntico/inautêntico não eram, para o filósofo, níveis qualitativos, mas níveis ontológicos, interpretativos.

“Tanto na música que toca no rádio como na música sinfônica o *Dasein* está presente e pode encontrar uma clareira”, ele respondeu, com sua peculiar ironia, presente nas palavras, mas adocicada pelo olhar, sempre condescendente.

“Mas o senhor, professor, não deve encontrar suas clareiras vendo televisão no domingo à tarde”, arrisquei.

“De fato, mas cada *Dasein* tem um percurso próprio, o que não quer dizer que um percurso seja melhor, ou mais verdadeiro, para usar o termo heideggeriano, que um outro”.

Minha ignorância calou-se. Saí de sua casa considerando que a boa política pode estar, sim, na quotidianidade e na banalidade do mundo. Saí dali derrubando, mentalmente, a sociologia das elites, a teoria da comunicação, a ideia de níveis de cultura...

Anos mais tarde, lendo o Heráclito, de Heidegger, encontrei o mesmo discurso numa parábola que Heidegger recupera: alguns visitantes teriam vindo visitar Heráclito em sua casa, mas o encontraram num ato prosaico da vida quotidiana, esquentando-se junto ao fogão da casa. Os visitantes se mostraram espantados e constrangidos, pois não esperam ver o grande mestre numa cena tão banal. E Heráclito, um pouco irônico, mas também condescendente, encorajou-os a entrar, dizendo a seguinte frase: “Mesmo aqui, junto ao fogo, os deuses estão presentes”.

Ou seja, até o mais banal dos eventos, até no mais prosaico ato da vida quotidiana, a verdade pode estar presente.

Isso é o básico, mas eu não sabia. E até hoje, tal é o obscurecimento que a velha metafísica impõe sobre a palavra

“verdade”, que vejo gente falar sobre Heidegger – e sobre Benedito Nunes – sem perceber esse básico, essa condição crítica elementar: a condição da política, ou da cultura, não estão no melhor saber, no melhor fazer, nos títulos acadêmicos, na fé, nos ritos, nos louros e favas da vida social, mas sim nas clareiras que podem se abrir em qualquer lugar, e, sobretudo, a qualquer pessoa.

Alguns temas heideggerianos foram recorrentes, em nosso convívio: as questões referentes à experiência banal do mundo, o estatuto da intersubjetividade, os temas da “leveza” e do “peso” da existência, os “eventos apropriantes” e, ainda, à relação entre poesia e política, dentre outros, sobre os quais espero falar ainda. Em todos eles, os problemas da política e cultura atravessaram a conversa e nunca, em nenhum momento, Benedito Nunes expressou qualquer pensamento elitista, conservador ou marginalizante. Bem ao contrário, tudo nele era inclusão, tolerância, cuidado e atenção com o outro.

De minha parte, profundamente influenciado pelo diálogo com Benedito Nunes, resto convencido de que o pensamento de Heidegger, à despeito de seus graves e condenáveis equívocos, permite um manancial crítico precioso, útil para a re colocação do problema do comum e do intersubjetivo – condição mais elementar, a meu ver, para a política e para as tramas da cultura, da história, da identidade – e, também, para a re-colocação política da problemática do Ser. E se pude fazer esse percurso foi em boa medida graças a Benedito Nunes, que sempre apoiou uma leitura progressista de Heidegger e que sempre atuou defendendo a diversidade e a abertura do pensamento.

***Fábio Fonseca de Castro** é professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA).